



**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA 9ª EMISSÃO DA
BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL,
EM SÉRIE ÚNICA**

Pelo presente instrumento particular,

BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, pessoa jurídica de direito privado, com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, Osasco, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP") sob o nº 35.300.038.142, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 43.833.821/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social e autorizada pelo Banco Central do Brasil, nomeada nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão perante a Emissora ("Agente Fiduciário"),

vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações da 9ª Emissão da Emissora ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de maio de 2002 ("RCA").

2. DOS REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.1. A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alteradas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e de acordo com a Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")

2.2.1. A emissão será registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

2.3. Arquivamento da Ata da RCA

2.3.1. A ata da RCA que aprovou a presente emissão será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no Jornal "Diário do Comércio", de São Paulo, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 62, da Lei nº 6.404/76.



2.4. Registro da Escritura

2.4.1. A presente Escritura será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62, da Lei nº 6.404/76.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. Esta é a 9ª (nona) emissão de debêntures realizada pela Emissora.

3.2. Data de Emissão

3.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de junho de 2002 ("Data de Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. Serão emitidas 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, em série única ("Debêntures").

3.4. Valor Nominal Unitário e Montante da Emissão

3.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante da emissão em R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Prazo e Data de Vencimento

3.5.1. As Debêntures terão prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento").

3.6. Forma e Conversibilidade

3.6.1. As Debêntures serão da forma nominativa-escritural, não conversíveis em ações da Emissora. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela instituição financeira depositária e responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ("CETIP"), o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures.

3.7. Espécie

3.7.1. As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.



3.8. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

3.8.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido de juros descritos no item 3.9 abaixo, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP.

3.9. Juros

3.9.1. As Debêntures assegurarão aos seus titulares juros incidentes sobre o seu valor nominal unitário, calculados *pro rata temporis* de forma exponencial e cumulativa por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento dos juros, equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br> e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI") ("Juros").

3.9.2. Os Juros serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures.

3.9.3. Os Juros deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

onde:

JR = valor dos Juros a serem pagos na Data de Vencimento;

VN = valor nominal da Debênture na Data de Emissão;

($f_1 \times f_2 \dots \times f_j$) = fator de variação acumulado da Taxa DI, a partir da Data de Emissão (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures (exclusive), calculado conforme fórmula abaixo:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{d_j}{252}} \right] \right\}$$

onde,

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI*, conforme já definida, referente ao dia "j";

d_j = prazo definido para a Taxa DI_j.

*A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

3.9.3.1. Para apuração dos Juros em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa DI não seja conhecida, será utilizada a última Taxa DI disponível, para apuração dos fatores f_j , não sendo devidas, na hipótese de divulgação posterior da Taxa DI, quaisquer compensações financeiras, tanto à Emissora quanto aos titulares das Debêntures. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para a sua divulgação, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar os Juros, pela superveniência de norma legal, regulamentar ou de outra natureza,



o Agente Fiduciário convocará assembléia de debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") para deliberarem, em conjunto com a Emissora, sobre o novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a regulamentação aplicável à época. Não será facultado, tanto ao debenturista como à Emissora, caso discordem da deliberação da Assembléia de Debenturistas, o resgate antecipado das Debêntures. Desta forma, caso haja a necessidade de substituição da Taxa DI, a nova taxa deverá apresentar nível de remuneração compatível ao percebido pela Taxa DI, observada a regulamentação aplicável à época.

3.10. Amortização Programada

3.10.1. Não haverá amortização programada.

3.11. Repactuação

3.11.1. Não haverá repactuação.

3.12. Aquisição Facultativa

3.12.1. A Emissora poderá adquirir, a qualquer tempo, mediante anuência dos debenturistas, debêntures desta emissão em circulação, por preço não inferior ao seu valor nominal acrescido da remuneração devida até a data de aquisição, observado o disposto no §2º, artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

3.13. Resgate Antecipado

3.13.1. A qualquer momento, a partir da Data de Emissão, a Emissora poderá promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do resgate, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do § 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures resgatadas deverão ser obrigatoriamente canceladas.

3.14. Não Comparecimento dos Debenturistas

3.14.1. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias relativas à presente emissão nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.15. Local de Pagamento

3.15.1. Os pagamentos das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) por intermédio do SND; ou (ii) na sede da Emissora, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.



3.16. Vencimento Antecipado

3.16.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o imediato pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de intervenção ou liquidação da Emissora.

3.16.2. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o efetivo pagamento das Debêntures, nos termos do item 3.16.1 acima em até 30 (trinta) dias corridos, contados de comunicação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, à CETIP e à instituição financeira depositária, responsável pela escrituração das Debêntures, através de carta protocolada nos endereços constantes da Cláusula 11 abaixo.

3.17. Prorrogação dos Prazos

3.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Osasco, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

3.18. Negociação

3.18.1. A presente emissão será registrada no SND/CETIP.

3.19. Procedimento de Distribuição

3.19.1. A distribuição das Debêntures será pública, em mercado de balcão organizado, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes das instituições coordenadoras da presente emissão. O prazo de colocação das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da concessão de registro de distribuição das Debêntures perante a CVM.

3.20. Destinação dos Recursos

3.20.1. A totalidade dos recursos obtidos com a subscrição das Debêntures será destinada a reforçar a posição de caixa para preservar a liquidez da Emissora, bem como financiar novas operações de arrendamento mercantil.

3.21. Publicação na Imprensa

3.21.1. Os "Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição" e o Aviso aos Debenturistas informando que o relatório anual do Agente Fiduciário encontra-se disponível aos debenturistas serão publicados no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional. Os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos periódicos "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Diário do Comércio", de São Paulo, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação até 1 (um) dia útil da sua ocorrência.